Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 10/2026

10 a 24 de junho 2026

Sumário Executivo

De início, registramos, com imenso pesar, e expressamos nossa solidariedade ao povo da **Venezuela**, pelas quase 2 centenas de mortos e milhares de feridos já constatados, vítimas do duplo terremoto que acometeu o país nesta semana. Os desaparecidos estavam na casa de 40 mil (https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-06/venezuela-numero-de-desaparecidos-em-terremoto-pode-passar-de-40-mil). Centenas de prédios e boa parte da infraestrutura em cidades foram danificados. Milhares de pessoas estão desabrigadas. Os serviços de saúde estão abarrotados e a ajuda internacional é imprescindível neste momento. Todos os chefes-de-Estado da Região expressaram pesar e ofereceram ajuda e solidariedade ao governo e à população da Venezuela. Quando fechamos esta edição dos Cadernos, ainda não estavam claros o número exato de vítimas fatais e feridos, mas eram seguramente elevados, conforme noticiais divulgadas e informações enviadas pelo nosso colega e amigo, colaborador dos Cadernos, o médico e pesquisador brasileiro Armando de Negri, representante da OPAS no país. O governo brasileiro, com a participação da Fiocruz, está organizando sua ajuda humanitária e para situações de emergência, que deverão começar a chegar à Venezuela ainda nesta semana.

A **Organização dos Estados Americanos (OEA)** realizou sua *56ª. Assembleia Geral*, de 22 a 24 de junho de 2026, na Cidade do Panamá, sob o tema "*América Unida no bicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá*" e com o objeto de um "*Multilateralismo firme em defesa da democracia, da segurança hemisférica e da estabilidade nos Estados-Membros*". O evento também marcou os 200 anos do *Congresso Anfictiônico de 1826*, proposto por Simón Bolívar e realizado no Panamá, que é considerado o evento inaugural da integração nas Américas. Uma cúpula promovida pelo governo do Panamá com o tema "*Valorização da democracia e da segurança hemisférica*", pretende reafirmar a importância da integração regional para os países e povos americanos. Na ocasião, o Brasil fez a doação definitiva das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826, de propriedade brasileira, ao Panamá.

A expectativa é de que ambos os eventos reforçassem o multilateralismo regional e renovassem os compromissos com a cooperação em prol de um continente mais próspero, justo e inclusivo. Contudo, a conjuntura não favorece o alcance destas expectativas, marcada por profunda divisão política entre os países, predomínio regional crescente de governos de direita e com um poderoso participante do sistema interamericano, os EUA, posicionado com ambições de predomínio absoluto. ***Tobar, Buss e Brito*** prepararam um artigo inicial que comenta os resultados alcançados nos eventos.

Na quinzena passada, entre 1º. e 12 de junho, realizou-se em Genebra a *114ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT*, sob os auspícios da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) https://www.ilo.org/about-ilo. A Conferência de 2026, marcada pelo complexo contexto geopolítico atual, abordou questões fundamentais para o mundo do trabalho contemporâneo, como a necessidade de promoção do trabalho decente na economia de plataformas digitais e a necessidade de avançarmos com uma agenda transformadora para a garantia da igualdade de gênero globalmente. Com seu modelo tripartite, que reúne

representantes de 187 Estados-membro, empregadores e trabalhadores para elaborar normas e políticas laborais globais, teve que acomodar uma ampla agenda (Agenda of the 114th Session of the International Labour Conference | International Labour Organization), da qual muitos pontos vêm discutidos pelo nosso analista, prof. ***Frederico Peres***, do CESTEH/ENSP/Fiocruz, neste fascículo. Ademais, o leitor interessado pode assistir o importante seminário sobre a Conferência, realizado pelo Observatório de Saúde global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, dia 17/06, disponível em: https://www.youtube.com/live/koZwI6MWUxs

Na quinzena recém finda realizou-se a **Cúpula do G7,** em Évian-les-Bains, sob a presidência da França, que gerou cinco declarações principais: (1) Em prol de um crescimento mais equilibrado, duradouro e resiliente; (2) sobre um espaço digital mais seguro para menores; (3) sobre a segurança das cadeias de abastecimento de minerais críticos; (4) sobre a luta contra o tráfico de drogas; e (5) sobre questões geopolítica, todas disponíveis para acesso em https://www.elysee.fr/en/G7evian. Ali se encontra também um balanço do governo francês sobre os resultados da Cúpula. O Brasil participou como convidado. Transcrevemos na íntegra os dois pronunciamentos do presidente Lula na reunião do G7, para dar ao leitor uma visão do Brasil sobre as questões econômico-sociais e geopolíticas debatidas no evento. Também vem transcrito, com tradução ao português a "Declaração dos líderes do G7 sobre parcerias internacionais mutuamente benéficas".

O presidente Lula e o DG da OMS, Tedros Adhanom, divulgaram na Cúpula a "*Carta Aberta dirigida aos líderes do G7, G20, BRICS e a todas as nações*" (https://www.who.int/news/item/15-06-2026-open-letter-to-leaders-of-g7-g20-brics-and-all-nations-on-finalizing-the-who-pandemic-agreement-s-pathogen-access-and-benefit-sharing-annex) pedindo que os países integrantes do grupo fizessem todos os esforços possíveis para a conclusão do *Acordo sobre Pandemias,* em discussão na OMS, travado pelas divergências entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto ao anexo de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios do Acordo. A carta vem transcrita neste fascículo do Caderno.

Trazendo as ruas de volta aos eventos dos países mais ricos do mundo, a Cúpula foi antecedida de amplos protestos e reivindicações de movimentos sociais globais em Genebra (Suíça) que, como a francesa Évian, situa-se às bordas do Lac Leman, nos Alpes. Nossos analistas do ***GT sobre G7, G20 e OCDE*** fazem uma análise completa da *Cúpula do G7* neste fascículo.

Outro evento político que mereceu nossa atenção na quinzena foi a **LVIII Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul**, realizado em Assunção, nos dias 18 e 19 de junho, sob a presidência *pro tempore* do Paraguai. O evento teve como foco (e acordos firmados): (1) Cooperação para a expansão da capacidade produtiva regional de insumos, medicamentos e tecnologias de saúde; (2) Ação coordenada para a saúde mental e a prevenção do suicídio: (3) Critérios para a importação, trânsito e exportação de tecidos humanos para aplicação em seres humanos; (4) Plano Estratégico de Saúde nas Fronteiras do Mercosul 2026-2030; e Declaração sobre Gerenciamento de Sangue aos Pacientes. Nosso analista ***Sebastián Tobar e*** a representante do MS/Brasil na reunião, ***Sônia Damasceno***, aprofundam a análise da reunião de Ministros no seu informe sobre ALC neste fascículo.

A **79ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS),** que se realizou de 18 a 23 de maio, em Genebra, continua repercutindo, particularmente pela evolução da *epidemia pelo vírus Ebola Bundibugyo em países da África.* As últimas informações sobre o surto (23-24/06) mostram os números abaixo:

Affected countries	Suspected cases	Confirmed cases	Confirmed deaths	Probable deaths	CFR (%) confirmed	Recovered
Data as of 23 June 2026						
Democratic Republic of the Congo#	138	1118	291	-	26%	122
Data as of 24 June 2026*						
Uganda	-	20	2	1	10%	15
Data as of 24 June 2026						
France **	-	1	0	0	-	0
Total	**138**	**1139**	**293**	**1**	**26%**	**137**

Fonte: https://www.who.int/emergencies/alert-and-response

Paralelamente, a OMS publicou diretrizes abrangentes sobre doenças causadas por filovírus, incluindo as doenças Ebola e Marburg (https://www.who.int/news/item/17-06-2026-who-issues-comprehensive-guidelines-on-filovirus-disease--including-ebola-and-marburg-disease).

Reforma da OMS no contexto da reforma das Nações Unidas

A reforma da OMS foi tema de debates por ocasião da 79ª. Assembleia Mundial da Saúde. Pela importância que os Ministros dão ao tema, recebe destaque permanente no site da OMS https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture. Atendendo às conversações com ministros e outros agentes relacionados com a OMS, o DG Tedros Adhanom apresentou ao EB de novembro de 2025 o documento *Reform of the global health architecture and the UN80 Initiative – Report by the Director-General* https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB158/B158_44-en.pdf, que desencadeou formalmente o processo de reforma.

De outro lado, a reforma da OMS está intrinsecamente ligada à reforma das Nações Unidas, impulsionada pela AGNU e pelo Secretário-Geral, António Guterres. A transformação da ONU busca melhorar a prestação de serviços, a eficiência operacional e o financiamento do organismo, além de promover um acesso mais equitativo a produtos de saúde em todo o sistema. O processo em curso e seus documentos pode ser acessado em: https://www.un.org/un80-initiative/en

A 79. AMS decidiu que a *Reforma da arquitetura global de saúde e a Iniciativa ONU80* teria sequência neste ano, definida na resolução https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_(20)-en.pdf), o que inclui a produção de dois relatórios elaborados pela força-tarefa: (i) um relatório provisório que será considerado pelos conselhos das iniciativas globais de saúde e pelas entidades das Nações Unidas na força-tarefa, e pelos órgãos diretivos da OMS, entre novembro de 2026 e fevereiro de 2027, para sua consideração e feedback à força-tarefa; e (ii) um relatório final, do qual uma cópia prévia será compartilhada com os conselhos das iniciativas globais de saúde antes de sua apresentação à 80ª. Assembleia Mundial da Saúde (maio de 2027).

Nos próximos fascículos dos Cadernos continuaremos a tratar do tema *Reforma da OMS no contexto da reforma das Nações Unidas* com prioridade, que já trouxemos ao debate no seminário sobre a agenda global da saúde 2026, realizado pelo Observatório de SG e DS no dia 03 de junho último https://www.youtube.com/watch?v=yoNk4jlxWzA&list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN&index=4

Na sequência de eventos globais, a reunião anual 2026 do **Conselho Econômico Social (ECOSOC) das Nações Unidas** se realizará na sede da ONU, em Nova York, incluindo o *Fórum*

Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) (7 a 15 de julho). Isso inclui o *segmento ministerial do Fórum* (13 a 15 de julho), como parte do Segmento de Alto Nível do ECOSOC. O tema do HLPF será "*Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para um futuro sustentável para todos*". O HLPF de 2026, reconhecendo plenamente a natureza integrada, indivisível e interligada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, realizará análises aprofundadas dos seguintes ODS: ODS 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos; ODS 7. Garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos; ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

36 países apresentarão seus Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) no HLPF 2026: Albânia, Argélia, Bahrein, **Brasil**, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Democrática do Congo, Egito, Estônia, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Itália, Jamaica, Jordânia, Kiribati, Libéria, Malawi, Ilhas Marshall, Moçambique, Noruega, República da Moldávia, Ruanda, São Cristóvão e Névis, Arábia Saudita, Senegal, Somália, Suíça, Togo, Tonga, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia e Uruguai.

Destacamos, ainda, que a *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)* lançou o seu *Relatório de Desenvolvimento Sustentável (SDR)* anual Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2026, que revisa o progresso dos ODS a cada ano desde sua adoção por todos os Estados-Membros da ONU em 2015. A edição de 2026 identifica 8 prioridades para acelerar o progresso dos ODS até 2030 e além, e apresenta resultados de 2 novas pesquisas SDSN: uma da rede de especialistas da SDSN sobre os esforços governamentais dos ODS e outra do público em geral sobre barreiras à implementação dos ODS e prioridades para uma Agenda pós-2030.

Em julho, um novo Relator Especial sobre Saúde no Conselho de Direitos Humanos da ONU



Na sua 62ª. sessão, o *Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas* (Genebra, junho-julho de 2026) escolherá novos Relatores Especiais nas seguintes áreas: (1) Implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos; (2) Promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; (3) Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; e (4) Direito de todos ao gozo do mais elevado nível possível de *saúde física e mental*.

A conhecida médica e sanitarista brasileira *Mariângela Simão* foi indicada pela Comissão de Seleção para ser a nova Relatora Especial na área da Saúde do Conselho, dependendo apenas da confirmação do pleno do Conselho nos próximos dias. Ela substituirá Tlaleng Mofokeng da África do Sul. O Caderno trará novas informações do processo no próximo fascículo.

Assembleia Geral da ONU elege presidente para período 2026-2027

O diplomata e atual ministro das Relações Exteriores de Bangladesh, *Khalilur Rahman*, foi eleito em 2 de junho de 2026 para presidir a *81ª sessão da Assembleia Geral da Organização*

das Nações Unidas (ONU). Ele liderará os trabalhos do órgão a partir de setembro de 2026, substituindo a alemã Annalena Baerbock. O processo eleitoral ocorreu na sede da ONU, em Nova York, onde Rahman disputou o posto com o diplomata cipriota Andreas Kakouris. A sessão que ele presidirá estende-se até setembro de 2027, e terá como principais desafios a aceleração das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o enfrentamento de crises climáticas e humanitárias globais. No seu mandato será realizada também a eleição e posse do(a) novo(a) secretário(a)-geral da ONU.

Candidatos à Secretário-Geral

Em setembro, realiza-se a eleição do novo(a) secretário(a)-geral da ONU para o período 2027-2031 (5 anos), com posse em 1º. de janeiro de 2027. Os candidatos confirmados já são seis:

- *Michelle Bachelet (Chile)***:** Ex-presidente do Chile, ex-diretora da ONU Mulheres e ex-Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos. É apoiada por Brasil e México, mas não por seu país de origem, o Chile, hoje dirigido pelo direitista Kast.
- *Rebeca Grynspan (Costa Rica):* Economista e ex-vice-presidente da Costa Rica, atualmente atuando na chefia da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).
- *Rafael Mariano Grossi (Argentina):* Diplomata e atual Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).
- *Macky Sall (Senegal):* Ex-presidente do Senegal, indicado oficialmente pela República do Burundi.
- *María Fernanda Espinosa (Equador):* Ex-ministra do Equador, atuou como Presidente da Assembleia Geral da ONU entre 2018 e 2019, indicada oficialmente por Antígua e Barbuda.
- *Carolyn Rodrigues Birkett (Guiana)*: Representante Permanente do país na ONU, indicada pela Guiana.

Tudo se configura para que a ONU tenha pela primeira vez uma mulher latino-americana como secretaria-geral. Para saber mais sobre o processo em curso e ter informações sobre as candidaturas, acesse: Mais dois candidatos a Secretário-Geral da ONU enfrentam Estados-Membros – Centro de Conhecimento dos ODS

Novo coordenador do Sistema ONU no Brasil

O chileno **Igor Garafulic** assumiu o cargo de Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas (ONU) no Brasil em 1º de junho de 2026. Nomeado pelo secretário-geral António Guterres, ele lidera as operações e o desenvolvimento da organização no país. Garafulic traz mais de 30 anos de experiência em desenvolvimento internacional e política econômica. Antes de chegar ao Brasil, atuou como coordenador residente interino da ONU no Azerbaijão e ocupou o mesmo cargo em outros quatro países, além de ter sido governador da Região Metropolitana de Santiago, no Chile. É mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Oxford e graduado em Economia pela Universidade do Chile.

As guerras

Depois de 4 meses, *Estados Unidos – Irã*, firmaram acordo, sem, contudo, ter contado com a participação de *Israel*. O acordo está constituído de 14 pontos:

1. EUA e Irã declaram o fim imediato e permanente da guerra em todas as frentes, incluindo no Líbano, e se comprometem a não iniciar qualquer conflito um contra o outro e a garantir a integridade territorial e soberania libanesas;
2. EUA e Irã se comprometem a respeitar a soberania e integridade territorial um do outro e a não interferir nos assuntos internos um do outro;
3. EUA e Irã se comprometem a conduzir negociações para alcançar um acordo final em até 60 dias, com prazo prorrogável mediante consentimento mútuo;
4. EUA suspenderão seu bloqueio naval ao Irã e retirarão suas forças militares da região ao redor do Irã em até 30 dias após a assinatura do memorando;
5. Irã reabrirá o Estreito de Ormuz em até 30 dias e se compromete a garantir passagem segura e sem custos de navios comerciais por 60 dias. O Irã também dialogará com o Omã e outros países do Golfo Pérsico sobre a futura administração do Estreito;
6. EUA se comprometem, junto com seus parceiros regionais, a criar um programa para reconstrução e desenvolvimento econômico do Irã, com financiamento mínimo de US$ 300 bilhões;
7. EUA se comprometem a encerrar todos os tipos de sanções contra o Irã, incluindo resoluções do Conselho de Segurança da ONU, resoluções do Conselho de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e todas as sanções unilaterais americanas;
8. Irã reafirma que não produzirá nem adquirirá armas nucleares, e ambas as partes concordam em tratar da diluição do urânio enriquecido por meio de mecanismo acordado e com supervisão da AIEA. EUA e Irã também concordam em discutir o tema do enriquecimento e outras questões nucleares no futuro;
9. EUA e Irã concordam em manter o *status quo* atual até chegarem a um acordo final: o Irã manterá sua atual política nuclear; os EUA não vão impor novas sanções, nem aumentarão sua presença militar no Oriente Médio;
10. EUA se comprometem a permitir que o Irã comercialize seu petróleo e produtos petroquímicos;
11. EUA se comprometem a liberar totalmente todos os ativos e fundos iranianos que estavam congelados ou restringidos pelas sanções;
12. Ambas as partes concordam em estabelecer um mecanismo de implementação para supervisionar a execução deste memorando e a futura adesão ao acordo final;
13. Após a assinatura e início da implementação das cláusulas 1, 4, 5, 10 e 11, as negociações sobre o acordo final se concentrarão exclusivamente nas demais cláusulas;
14. O acordo final será ratificado por meio de uma resolução vinculante do Conselho de Segurança da ONU em até 60 dias.

Como escreveu Ésquilo, dramaturgo da Grécia antiga, "*a primeira vítima da guerra é a verdade*". Nenhum aforisma se aplica melhor à guerra EUA-Irã e suas delegações que negociam no resort do Lago de Lucerna, na Suíça. Cada uma das cláusulas que integram o acordo tem versões distintas segundo a fonte, e que mudam no tempo, desde a assinatura do acordo. Os desmentidos são a regra, de ambos os lados. Não há garantias de que este conjunto de intenções se materialize integralmente, à medida que se sucedem declarações ambíguas das partes envolvidas e segundo a opinião da maioria dos analistas políticos internacionais. Particularmente no tocante às exigências feitas pelo Irã com relação a suspensão dos ataques de Israel no sul do Líbano e a retirada de suas tropas do território, ou as fontes do fundo de US$ 300 bilhões para recuperar infraestruturas destruídas no Irã, inclusive de educação, saúde e C&T (caso do Pasteur Irã).

O que sim parece aos analistas políticos de todos os quadrantes é que foi uma guerra absolutamente desnecessária, da qual Trump e Netanyahu conseguiram apenas que tudo voltasse ao que era antes dos imensos gastos realizados pelos EUA na guerra: o estreito de Ormuz sendo paulatinamente reaberto e o compromisso de que o Irã não vai enriquecer urânio a ponto de conseguir uma bomba nuclear. No mais, parece a todos que o Irã sai fortalecido, embora tenha perdido vidas preciosas e ganhado sequelados física e mentalmente, principalmente mulheres, crianças e idosos – e isto não é pouco para a saúde humana na região. Leia, a respeito, neste fascículo, o artigo de nosso analista ***Santiago Alcázar.***

Gaza e Cisjordânia

Embora o conflito entre EUA-Israel-Irã seja o principal foco das atenções, por suas consequências econômicas e políticas para o mundo, do ponto de vista humanitário a grande tragédia no Oriente Médio continua se mantendo em Gaza e Cisjordânia. O risco é que o interesse econômico acabe por fazer o mundo esquecer este ponto nodal humanitário: os mortos e feridos e a condição física e mental dos milhões de palestinos (e também das populações do sul do Líbano), que continua crítica, e as imensas dificuldades de assistência à saúde, comida, água e infraestrutura básica para condições decentes de vida. O relatório de situação das consequências sobre saúde dos conflitos em curso no Oriente Médio, emitido pela OMS, se encontra em ME-Sitrep-15-2-June-26.pdf e o informe completo em: https://www.emro.who.int/emergencies/middle-east-conflict/. Ver também: Avaliação Final de Danos e Necessidades de Gaza | Nações Unidas na Palestina e Medical Aid for Palestinians: Gaza facing a health-care catastrophe – The Lancet

A guerra entre **Rússia e Ucrânia,** assim como a situação nos conflitos no **SAHEL (*Burkina Faso, Mali, Níger*),** continuam, sem solução à vista; o que sim permanece são os profundos sofrimentos infligidos às populações atingidas.

A visão da sociedade civil sobre as crises humanitárias, conflitos e migrações vêm descrita e comentada no informe do ***GT sobre sociedade civil global***, liderado por ***Luis Eugênio de Souza***. Neste fascículo são abordadas as situações de Gaza/Cisjordânia, Líbano, Moçambique, Tanzânia e Sudão do Sul.

Proteger Cuba

A brutal e desumana perseguição do governo Trump contra Cuba cresce e nesta semana o presidente americano afirmou que vai 'tratar da questão cubana' assim que sair enrascada na qual se meteu no Irã. Fazemos aqui um chamado a todos os democratas do mundo e, particularmente, da América Latina, que preparemos um movimento de solidariedade com a imensa crise humanitária imposta aos cubanos por Trump e Rubio, e em defesa da soberania da ilha caribenha, que já deu exemplos contundentes ao mundo do que pode o Estado e a sociedade fazer pela educação e saúde da sua população, mesmo na vigência das mais cruéis adversidades impostas por um gigante militar e político, caso dos Estados Unidos da América. Esta talvez seja a última oportunidade que os movimentos sociais terão para fazê-lo, já que forças militares consideráveis e mais medidas econômicas coercitivas estão sendo mobilizadas no espaço marítimo próximo à Cuba. A respeito, leia o artigo de ***Juan Garay***, que por muitos anos dirigiu a cooperação da União Europeia em Cuba.

América Latina rachada ao meio

As disputas presidenciais na ALC em 2026 têm sido marcadas pela forte polarização entre conservadores e progressistas e pela crescente influência de lideranças internacionais. O

mapa político da região vem sendo redesenhado, na medida que as eleições vão se sucedendo. A região está politicamente rachada ao meio. E cada país também: veja-se o caso do Peru e Colômbia, onde a direita se impôs, mas por mínima diferença, o que deixa ambos os países divididos. A influência e as diretrizes do governo dos Estados Unidos, sob a gestão de Donald Trump, têm sido objeto de debates na região, especialmente por condicionar apoios políticos e econômicos a candidatos alinhados ao espectro conservador. Trump chegou a afirmar que o Brasil é o próximo jogo a ser jogado. Lula disse que ele não se imiscuísse na eleição brasileira.

No **Peru**, *Roberto Sánchez* não reconheceu a autoproclamada vitória de *Keiko Fujimori* (ainda falta a declaração oficial da justiça eleitoral). Na **Colômbia,** o 2º. turno das eleições presidenciais, realizado no dia 21 de junho, deu a vitória a *Abelardo de la Espriella*, advogado de extrema direita, o que já foi reconhecido pelo concorrente *Iván Cepeda*.-Contudo, o racha não é só nas disputas eleitorais. Na **Bolívia,** continua a onda de contestação ao governo *Rodrigo Paz* continua, liderada pela *Central Obreira Boliviana*.

No informe sobre ALC, nossos analistas ***Tobar e Brito*** aprofundam a análise destas situações e seu impacto sobre as políticas econômicas, sociais e de saúde.

Copa do Mundo estranha

No Caderno 9 escrevemos uma nota com este título. Mais um acontecimento reafirma o quão 'estranha' pode ser uma Copa no país de Trump: o árbitro somali *Omar Abdulkadir Artan*, 34 anos, foi barrado pelas autoridades dos EUA no Aeroporto de Miami e impedido de apitar a Copa do Mundo. Expressão de racismo, xenofobia e paranoia. Foi reconhecido pela Confederação Africana de Futebol (CAF) como o melhor árbitro africano do ano em 2025, fazendo história ao ser selecionado pela FIFA para integrar o quadro de arbitragem da Copa do Mundo de 2026. Celebrando sua integridade e o orgulho que ele trouxe para o futebol africano, após este fato foi recebido como herói em Mogadíscio, capital da Somália e, em desagravo, escolhido pela UEFA para apitar a Supercopa Europeia entre PSG e Aston Villa, no dia 12 de agosto, em Salzburgo.

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** expõe os termos do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irã para reestabelecer a paz, faz comentários e expõem a fragilidade de Israel que parece propenso a ignorar o que o mundo mais deseja: a paz.

E em mais um conto brilhante, ***Alcázar*** apresenta uma narrativa distópica em que uma suposta vacina revolucionária, capaz de prevenir todas as doenças, revela-se um chip que

controla integralmente o corpo humano e, posteriormente, a mente. A história problematiza os limites éticos da ciência, o uso da inteligência artificial e a manipulação da realidade por meio de ambientes virtuais. Ao mesmo tempo, denuncia desigualdades sociais, a degradação ambiental e o enfraquecimento democrático. A obra culmina com a imposição autoritária da tecnologia sobre o próprio cientista, evidenciando os riscos de uma sociedade tecnocrática dissociada do mundo real.

O informe de ***Gaspar e De Negri Filho*** aborda a 62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) reafirmando o papel do sistema internacional na promoção, proteção e monitoramento dos direitos humanos em um contexto de múltiplas crises globais. Os autores resumem a dinâmica institucional da sessão, a sessão de abertura e os principais conteúdos do relatório anual do Alto Comissariado, destacando a interdependência entre direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Evidencia-se a centralidade da "determinação social da saúde" como chave analítica, conectando desigualdades estruturais, conflitos, mudanças climáticas e governança econômica aos direitos humanos.

O artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** aborda os acontecimentos recentes relacionados ao surto de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo, à crise de financiamento da resposta global ao HIV/AIDS e às negociações do Anexo de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) do Acordo Pandêmico da OMS evidenciam desafios estruturais que atravessam a atual governança global da saúde. Embora tratem de temas distintos, os três casos revelam tensões comuns entre capacidades nacionais e cooperação internacional, entre avanços científicos e limitações de acesso, e entre compromissos políticos assumidos em fóruns multilaterais e sua efetiva implementação.

Cordeiro discute o risco de novas pandemias associado ao desequilíbrio dos ecossistemas, destacando o Brasil como potencial epicentro devido ao desmatamento e à degradação ambiental. Aponta que, apesar das lições da Covid-19, observa-se enfraquecimento da cooperação internacional e das instituições científicas. O autor ressalta a circulação de vírus perigosos, como o Sabiá, e a necessidade de vigilância integrada entre saúde humana, animal e ambiental. Defende o fortalecimento da soberania científica, o investimento contínuo em pesquisa e a cooperação internacional como estratégias essenciais para prevenir futuras crises sanitárias globais.

Guimarães analisa criticamente a política brasileira de desenvolvimento produtivo em saúde, comparando-a com a experiência da Índia na busca pela soberania sanitária. Destaca-se o papel das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo, os desafios regulatórios e a influência de empresas multinacionais no Brasil. Em contraste, a Índia é apresentada como exemplo de fortalecimento industrial a partir de políticas de propriedade intelectual mais flexíveis. O autor conclui que o fortalecimento da produção local e a revisão das políticas de propriedade intelectual são centrais para ampliar o acesso a medicamentos e vacinas.

Galvão e Magalhães abordam temas na área de **saúde e ambiente**. A crise climática, a contaminação química global e o calor extremo nas cidades constituem três das mais urgentes ameaças à saúde humana e ao desenvolvimento sustentável em 2026. Este artigo analisa esses fenômenos, começando pelas negociações climáticas da Conferência de Bonn (SB64, 8–18 de junho), que serviram como ponto focal dos debates globais sobre clima neste período. Bonn foi marcada por impasses significativos na Meta Global de Adaptação e no financiamento climático, por tensões geopolíticas que afetaram a confiança no multilateralismo, e por um avanço concreto na transição justa. A conferência preparou o terreno para a COP31 em Antalya,

Turquia. Em paralelo, a agenda da saúde ganhou destaque como eixo transversal: o calor extremo foi declarado emergência de saúde pública com mais de 50 cidades mobilizadas em torno de soluções de resfriamento sustentável; um programa global de USD 23,5 milhões foi lançado para monitorar mercúrio e poluentes orgânicos persistentes em países vulneráveis; e pesquisas sobre custos econômicos dos plásticos de uso único evidenciaram impactos invisibilizados sobre sistemas de saúde, ecossistemas e comunidades. O artigo argumenta que a integração explícita da saúde nas metas climáticas, nos planos de adaptação e nos acordos de gestão química é condição necessária para transformar compromissos diplomáticos em políticas eficazes.

O artigo de ***Peres*** sintetiza as principais discussões, avanços e desafios desvelados durante a 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), encerrada em 12 de junho último. A Conferência de 2026, marcada pelo complexo contexto geopolítico atual, abordou questões fundamentais para o mundo do trabalho contemporâneo, como a necessidade de promoção do trabalho decente na economia de plataformas digitais e a necessidade de avançarmos com uma agenda transformadora para a garantia da igualdade de gênero globalmente. Em relação ao primeiro ponto, cabe destaque à aprovação da Convenção 193 sobre o trabalho decente na economia de plataformas, primeiro instrumento internacional a propor normas e diretrizes sobre esta crescente modalidade de trabalho que, se por um lado permite a ampliação do mercado de trabalho, por outro vem sendo associada a condições de precarização extrema do trabalho, com impactos sobre a saúde física e mental de trabalhadoras e trabalhadores ao redor do planeta. Já no que se refere ao histórico desafio da promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, a Conferência mostrou os imensos desafios de se avançar com a pauta no atual cenário geopolítico, sobretudo considerando a ascensão de governos conservadores em diferentes partes do planeta – e em particular na América Latina –, historicamente distantes de projetos para a promoção da justiça social a partir de uma perspectiva interseccional. Parte das discussões é apresentada e contextualizada por integrantes da delegação brasileira, presentes à Conferência, que compartilharam suas impressões e perspectivas durante o Seminário Avançado de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, realizado em 17 de junho do corrente.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta três temas relacionados às dinâmicas contemporâneas de deslocamento humano: a articulação entre clima e mobilidade, a governança migratória internacional e as tendências globais de refúgio. Primeiramente, destaca-se o *Colóquio de Encerramento do Projeto Nansen 2024 – Clima e Deslocamentos Humanos*, iniciativa desenvolvida no Brasil com apoio do ACNUR e do IMDH. O projeto resultou de uma agenda de formação, pesquisa e mobilização social voltada aos deslocamentos associados à crise climática. O segundo tema trata-se do *Pacto sobre Migração e Asilo da União Europeia* que é analisado como uma tentativa de maior coordenação e harmonização das políticas migratórias, com ênfase na solidariedade entre Estados e na eficiência dos sistemas de asilo. Por fim, é abordado o *Relatório Global Trends 2025 do ACNUR* que aponta 117,8 milhões de pessoas deslocadas forçadamente no mundo, apesar de leve redução recente. As Américas concentram 22,8 milhões, com destaque para Venezuela, Haiti e Colômbia. O relatório evidencia avanços em políticas de integração, mas reforça a persistência de deslocamentos prolongados e a necessidade de soluções duradouras baseadas em cooperação internacional e garantia de direitos fundamentais.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Vilella, Massari e Gomes*** apresentam a série publicada pela *The Lancet* sobre hemorragia pós-parto (HPP), principal causa de morte materna

no mundo. São discutidas as evidências mais recentes sobre epidemiologia, prevenção, diagnóstico e tratamento, com destaque para a nova definição de HPP da OMS, a mensuração objetiva da perda sanguínea e a adoção de protocolos integrados de resposta rápida. Também aborda desafios para a implementação dessas recomendações e aponta a necessidade de considerar, de forma mais ampla, as desigualdades sociais na prevenção e no cuidado obstétrico.

Gaspar e Sanglard apresentam dois artigos publicados, na revista ***UNESCO*** *Courier,* sobre educação no contexto da inteligência artificial e da aprendizagem de línguas. Discute-se o papel insubstituível da educação frente às tecnologias generativas, bem como a relevância contínua do estudo de idiomas diante de ferramentas de tradução automática. Conclui-se que tanto o pensamento crítico quanto a comunicação intercultural permanecem centrais na formação humana, demandando abordagens pedagógicas que integrem a tecnologia sem substituir dimensões sociais, cognitivas e culturais do aprendizado.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson, William e Oliveira e Silva*** discutem os impactos dos produtos de origem animal sobre a saúde humana e planetária. Enquanto as últimas décadas mostram um significativo aumento na produção e no consumo desses produtos, em especial carnes e laticínios bovinos, bem como a hipervalorização das proteínas nas dietas, evidências apontam que, em geral, não há déficit de proteínas em populações como a brasileira e que precisamos reduzir o consumo de carnes vermelhas e processadas. Saindo desse tema central, exploramos brevemente o momento para iniciar uma discussão sobre os possíveis impactos da reforma do multilateralismo a partir das Nações Unidas sobre as agências de nutrição, sediadas em Roma.

Cazumbá analisa as **instituições financeiras internacionais** e informa que o conflito no Oriente Médio ampliou os preços da energia e do petróleo, resultando em uma interferência negativa à economia global. De acordo com o mais recente relatório sobre as perspectivas econômicas globais e regionais, elaborado pelo **Banco Mundial,** que devido à guerra, o crescimento econômico global retrocederá, assim como o crescimento regional. Além deste impacto negativo, a instituição financeira identificou que as regiões e os países enfrentarão dificuldades para combater a pobreza, a insegurança alimentar e o não desenvolvimento de empregos em razão das pressões fiscais.

Em virtude do último *Seminário de Saúde Global e Diplomacia da Saúde sobre a Conferência Internacional do Trabalho da OIT* (17/06/2026), ***Tavares*** aborda a temática na perspectiva da *cooperação dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRD) com a OIT*, analisando seus projetos na área do trabalho. Estes projetos estão voltados à *geração de emprego, ao desenvolvimento de habilidades, à inclusão produtiva, à formalização do trabalho e à adaptação ao trabalho digital, verde e inclusivo*. A maioria dos projetos tem como foco principal a juventude. A atuação conjunta entre os BRD e a OIT visa alinhar a capacidade de financiamento em grande escala dos BRD com a expertise técnica da OIT, além de incorporar nos projetos dos BRD alguns dos princípios universais da OIT como o *trabalho decente*.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe examina desenvolvimentos recentes relacionados ao comércio multilateral, aos minerais críticos e à propriedade intelectual. Inicialmente, analisa declarações da Diretora-Geral Adjunta da OMC, DJ Nordquist, ressaltando a permanência da relevância do

sistema multilateral de comércio diante das transformações tecnológicas e das incertezas geopolíticas. Em seguida, apresenta resultados recentes da UNCTAD sobre a crescente importância estratégica dos minerais críticos para a transição energética, a concentração da produção e do refino, a expansão das restrições à exportação e a proliferação de parcerias internacionais voltadas ao fortalecimento da resiliência das cadeias de suprimento. O informe também discute os riscos de fragmentação e os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento para ampliar a captura de valor. Por fim, examina a adesão do Brasil ao Tratado de Budapeste e suas implicações para o reconhecimento internacional de depósitos de microrganismos para fins patentários.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** monitoraram 62 organizações da sociedade civil, das quais 42 apresentaram manifestações relevantes para este informe. Entre as organizações de interesse público, destacaram-se manifestações sobre o surto de Ebola na RDC, crises humanitárias em Gaza, Líbano, Moçambique, Tanzânia e Sudão do Sul e os impactos dos conflitos armados sobre os sistemas de saúde e as populações deslocadas. Também receberam atenção temas como HIV/AIDS, dengue, Covid longa, doenças negligenciadas, violência sexual em conflitos, direitos das mulheres, trabalho infantil, saúde da população LGBTQIA+, dignidade menstrual e racismo estrutural. A governança global da saúde foi outro objeto de frequentemente abordado, como desdobramento da 79ª Assembleia Mundial da Saúde e dos debates sobre a reforma das Nações Unidas. Foram ainda registradas manifestações sobre as estratégias de vendas da indústria do tabaco, o envelhecimento populacional, a saúde mental e o fortalecimento da atenção primária e do acesso a tecnologias assistivas. Entre as organizações de interesse privado, prevaleceram temas como a preparação para pandemias, a vigilância epidemiológica, o desenvolvimento de vacinas, a pesquisa científica e a saúde planetária. Destacaram-se ainda iniciativas de enfrentamento do Ebola e da tuberculose, vigilância comunitária, pesquisa sobre doenças infecciosas e mudanças climáticas, uso de inteligência artificial no desenvolvimento de vacinas e ampliação da liderança científica africana na produção de conhecimento em saúde global.

De Negri e De Negri Filho analisam o estudo da Lancet sobre cláusulas de gênero do FMI na Argentina, revelando como a austeridade aprofundou desigualdades de gênero enquanto o Fundo permaneceu em silêncio diante do desmonte das instituições feministas por Milei. Conectam isso à declaração da Progressive International sobre o sistema da dívida no Senegal – um mecanismo estrutural de extração perpétua. Nas negociações climáticas de Bonn, divergências Norte-Sul sobre medidas comerciais expuseram políticas climáticas unilaterais como novas formas de condicionalidade. O manifesto da APMDD vincula dívida à inação climática, convocando uma Convenção da ONU sobre Dívida. Apresentam dois manifestos por futuros pós-crescimento: o Relatório de Justiça Global de Piketty – quantificando um caminho para 1,8°C com redistribuição radical – e o roteiro do The Guardian para erradicar a pobreza fabricada. Em Saúde, examinam o "processo conjunto" antidemocrático da WHA79 que favorece o multistakeholderismo, a crítica da Lancet aos paradigmas estreitos de segurança sanitária e o testemunho de um médico palestino na Cisjordânia – onde a retenção de receitas fiscais está estrangulando o cuidado oncológico, cancelando cirurgias e colapsando um sistema sob cerco.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. Além das principais notícias do Boletim de maio do **UNOSSC**, o escritório tem coordenado reuniões interagências para a implementação da Estratégia para Todo o Sistema da ONU em Cooperação Sul-Sul e Triangular (2026–2029*)*, assegurando o alinhamento de programas nacionais de agências como PNUD,

OMS e FAO aos novos parâmetros baseados em resultados. A **cooperação Sul-Sul brasileira** registrou iniciativas em áreas como trabalho decente, alimentação escolar, segurança alimentar, habitação e inovação em políticas públicas. As ações envolveram parcerias com países africanos e organismos internacionais, com destaque para intercâmbios de saberes ancestrais, visitas de estudo ao PNAE, cooperação Brasil-OIT e lançamento de iniciativas voltadas a sistemas alimentares sustentáveis e políticas urbanas. Em relação ao **G-77 e a China**, o grupo cobrou apoio financeiro ante crises humanitárias durante sessão do ECOSOC e protegeu o DIH, a UNRWA e o OCHA. Na SB64, expôs cortes drásticos em fundos climáticos (GEF/GCF) e rechaçou barreiras comerciais unilaterais. Por fim, impôs salvaguardas a reformas institucionais (PNUD/UNOPS) e blindou o Tratado Antirracismo de Durban. O **Movimento dos Não Alinhados (MNA)** converteu solidariedade em salvaguarda estratégica ativa, defendendo na ONU, a soberania digital, a autonomia sanitária e a reforma do Conselho de Segurança. Regionalmente, essa articulação do Sul Global manifestou-se na ajuda humanitária a Cuba, no fortalecimento técnico da infraestrutura via FCIC/IsDB e na expansão geopolítica da Rede Parlamentar com o Vietnã. O **Centro Sul** fortaleceu articulações estratégicas defendendo a justiça climática baseada em reparações financeiras no Conselho de Direitos Humanos, propôs reformas fiscais na ONU e expôs falhas em relatórios tecnológicos da UNFCCC. Na saúde pública, liderou a unificação de posições para garantir equidade vinculante no Sistema PABS da OMS.

Hoirisch afirma *que* há 25% de chance de outra pandemia ocorrer na próxima década e historicamente, os países em desenvolvimento sempre enfrentam atrasos no acesso aos insumos de saúde. Lula e Tedros Adhanom divulgaram uma Carta na Cúpula do G7, na França, conclamando os líderes das maiores economias do mundo, incluindo o G7, o G20 e os BRICS a apoiarem a conclusão do Acordo da OMS sobre Pandemias cujo objetivo é evitar a repetição do caos internacional observado na resposta à pandemia de Covid-19. Negociado ao longo dos últimos cinco anos, o processo enfrenta um impasse: países ricos se recusam a flexibilizar suas posições sobre o compartilhamento de vacinas, mesmo depois do trauma causado pela recente pandemia. De um lado, países em desenvolvimento se comprometem a compartilhar amostras de vírus que tenham sido identificadas, mas querem garantias de acesso às doses que sejam desenvolvidas para garantir a proteção de suas populações. Os negociadores voltarão a se reunir entre os dias 6 e 17 de julho. Se chegarem a um acordo, será possível transformar as lições da pandemia de Covid-19 em mecanismos permanentes de preparação e resposta. Os países do BRICS podem contribuir de diversas maneiras ao unirem o peso geopolítico do Sul Global para exigir que o compartilhamento rápido de dados genéticos e biológicos garanta contrapartidas contratuais e transparentes em diagnósticos, vacinas e tratamentos.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** o **G20** acompanha o avanço da Parceria de Dados Abertos de Satélite sob a liderança da Índia. Adicionalmente, o texto analisa os reflexos da Cúpula do G7 no bloco por meio da carta conjunta de Lula e da OMS em prol do Acordo sobre Pandemias, acompanhada de uma crítica à ausência de um grupo de trabalho dedicado à saúde na atual gestão norte-americana. A Cúpula do **G7** de Évian (15 a 17 de junho de 2026) produziu nove declarações, ou chamadas, de líderes, moldadas para acomodar a presença de Trump, com avanços sobre Ucrânia e Irã e poucos compromissos vinculantes. O Brasil participou como país parceiro, endossando apenas três das oito declarações abertas a convidados. Os destaques da **OCDE** se dividem entre variadas publicações lançadas no período que retomam suas atenções a temas como riscos hídricos para a agricultura, governo digital e impactos econômicos e políticos de segurança e crimes, além da atualização sobre o PIB trimestral do G20.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** abordam a situação política na região nas últimas duas semanas, caracterizando-a como um período em que política, economia e saúde estão interligadas por um único desafio: restaurar a confiança e a capacidade de resposta do Estado. Analisam os principais eventos políticos na América Latina, destacando as vitórias da direita na Colômbia e no Peru e uma mudança significativa na região em direção a políticas mais conservadoras, o que está aumentando a polarização. As tensões sociais e a agitação persistem em muitos países, incluindo Argentina, Bolívia, Equador e Haiti, enquanto os Estados Unidos continuam a expandir sua influência em muitos países por meio de uma estratégia de segurança focada no combate ao narcotráfico e pressões tarifárias. No seguimento das organizações regionais, destacamos os resultados os resultados da Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL, sob a presidência do Paraguai; o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou da Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Região Andina; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou em eventos sobre malária e ações de vigilância e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) recebeu a visita do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Completando o informe sobre o ALC, dois temas receberam tratamento especial. ***Tobar e Damasceno*** analisam a *58ª Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL*, realizada em Assunção, que reuniu autoridades da região para discutir desafios sanitários comuns, como doenças emergentes, saúde mental e desigualdades no acesso. O encontro destacou a necessidade de cooperação regional, integração produtiva e fortalecimento da soberania sanitária. Foram aprovados acordos voltados à produção de insumos de saúde, prevenção do suicídio, regulação de tecidos humanos e saúde em fronteiras. Também se enfatizou a importância da vigilância epidemiológica, inovação tecnológica e ampliação da cobertura vacinal, consolidando o fórum como espaço estratégico para coordenação de políticas públicas em saúde.

Tobar, Buss e Brito examinam os principais resultados da **56ª. Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)**, realizado de 22 a 24 de junho de 2026, na Cidade do Panamá, sob o tema 'Multilateralismo firme em defesa da democracia, da segurança hemisférica e da estabilidade nos Estados-Membros'. O evento também marcou os 200 anos do Congresso Anfictiônico de 1826, que é considerado o evento inaugural da integração nas Américas. A Assembleia mostrou a divisão política que vive a região. A Declaração final expressa em grande medida a hegemonia política dos EUA na organização.

O artigo de ***Garay*** traz um panorama sobre o **sistema de saúde de Cuba**. Durante mais de meio século, Cuba representou uma das experiências mais relevantes de saúde pública no mundo, demonstrando que elevados resultados sanitários podem ser alcançados através de sistemas universais baseados na atenção primária, prevenção, equidade territorial e compromisso social, mesmo em condições de recursos econômicos limitados. O modelo cubano tornou-se internacionalmente reconhecido pela formação médica, inovação biomédica, cooperação internacional e integração entre saúde pública e medicina comunitária. A experiência cubana desafiou modelos tradicionais de desenvolvimento que associam inevitavelmente melhores resultados em saúde ao crescimento econômico elevado e ao aumento do consumo. Estudos comparativos identificaram Cuba historicamente como um modelo de bem-estar elevado dentro de limites econômicos e ecológicos relativamente sustentáveis. Entretanto, nas últimas décadas, e especialmente após 2020, o sistema de saúde cubano enfrenta uma crise profunda marcada por escassez de medicamentos e insumos,

deterioração da infraestrutura, dificuldades econômicas, migração de profissionais de saúde e aumento das desigualdades no acesso. Esta deterioração resulta de uma combinação de fatores internos estruturais e pressões externas, incluindo o impacto prolongado das sanções dos Estados Unidos. Este artigo analisa a evolução histórica do sistema de saúde cubano, suas contribuições internacionais, seus avanços científicos e os desafios atuais, discutindo as lições globais que a experiência cubana oferece para a construção de sistemas de saúde mais equitativos, sustentáveis e solidários.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisou que, entre 9 e 22 de junho de 2026, a resposta ao surto de Ebola causado pelo vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda ganhou destaque em uma reunião virtual de Chefes de Estado e de Governo africanos e parceiros internacionais. O encontro, promovido pela União Africana, alertou para a rápida evolução da epidemia, marcada pela expansão geográfica dos casos, transmissão comunitária persistente e desafios operacionais relacionados a conflitos armados, deslocamentos populacionais, insegurança e desconfiança das comunidades. Até meados de junho, mais de 800 casos confirmados e quase 200 mortes haviam sido registrados nos dois países, com a província de Ituri permanecendo como epicentro da crise. Os participantes aprovaram um plano conjunto de resposta e preparação para o período de junho a dezembro de 2026, estimado em 518 milhões de dólares, e defenderam maior coordenação transfronteiriça, financiamento rápido, fortalecimento da vigilância epidemiológica, rastreamento de contatos, ampliação da capacidade laboratorial e melhoria da assistência aos pacientes. A OMS destacou que, apesar dos avanços operacionais, os esforços permanecem insuficientes para controlar o surto. O contexto humanitário agrava a emergência. Acampamentos de deslocados enfrentam falta de água, saneamento precário e superlotação, dificultando a prevenção. Investigações apontam que funerais com práticas inseguras podem ter contribuído para eventos de supertransmissão. Embora existam sinais encorajadores, como recuperação de pacientes, cooperação comunitária e fortalecimento da resposta em Uganda, especialistas alertam que a epidemia pode persistir por muitos meses. A ausência de vacinas e terapias licenciadas específicas para o vírus Bundibugyo continua sendo um dos principais desafios.

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** sinaliza que a quinzena foi marcada pela demissão de Keir Starmer, que gera incertezas nas relações pós-Brexit entre Reino Unido e União Europeia (UE), ao mesmo tempo em que o bloco surgem divergências sobre a recém atualizada política migratória — com críticas de Emmanuel Macron e Pedro Sánchez aos centros de retorno. Sobre a guerra na Ucrânia, a UE se prepara para um momento de negociações com a Rússia, motivo apontado para a "vassalagem" oferecida a Donald Trump na reunião do G7 realizada na França. Paralelamente, o Conselho Europeu avançou em temas como orçamento, competitividade e defesa (especialmente mobilidade militar), além de reformas regulatórias em setores ligados a saúde, como químicos e biotecnologia. A OMS Europa alertou para desafios crescentes de saúde pública, como mudanças climáticas, ondas de calor, emergências sanitárias e o aumento do consumo de nicotina entre jovens, evidenciando um cenário europeu de múltiplas pressões políticas, econômicas e sociais.

Marques examina o fenômeno chamado inverno demográfico que representa a queda da taxa da natalidade para menos de 2,1 filhos por casal, o que que leva à queda da população mundial. O assunto está em todos os debates econômicos e de saúde global de 2026. A Ásia vive um paradoxo: está vivenciando significativos movimentos sociopolíticos, rápidos avanços tecnológicos e dinâmicas intergeracionais em evolução ao mesmo tempo que vive o inverno

demográfico mais acelerado da história humana, uma vez que a queda na taxa de natalidade está atrelada à queda na taxa de casamentos – na China, no Japão e na Coreia do Sul a reprodução e a parentalidade continuam estritamente vinculadas ao matrimônio formal. Logo, o declínio dos casamentos traduz-se diretamente no colapso da natalidade. A aceitação compulsória de um conjunto de obrigações institucionais e familiares rígidas não se adequa mais à autonomia financeira e inserção no mercado de trabalho conquistadas pelas mulheres instruídas, que passam a enxergar o matrimônio não como um ativo social, mas como um risco para a carreira e uma perda severa de autonomia pessoal. Mas o país que vive esse fenômeno de forma mais dramática é a Coreia do Sul, que passa por crises gêmeas, descritas assim por que não são fenômenos isolados, mas duas faces da mesma moeda epidemiológica. A conexão entre o "inverno demográfico" e o colapso da saúde mental, com alto número de suicídios, na Coreia do Sul é um dos temas mais debatidos na sociologia médica e na economia do desenvolvimento hoje. O colapso da nupcialidade, o viver sozinho e a escalada do sofrimento psíquico compartilham da mesma matriz estrutural: uma cultura de hiper competitividade e pressão por status que esvaziou os laços de solidariedade comunitária. Coreia hoje ocupa o primeiro lugar entre os países da OECD nas taxas de suicídio.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** informam que Conselho de Estado publica o documento "*Governança Global Mais Justa e Equitativa: Princípios, Propostas e Ações da China*", convocando Sul Global para defender as Nações Unidas contra abusos do unilateralismo. Os autores também abordam que Brasil estreita laços financeiros com reunião da Cosban e estudo sobre emissão de Panda Bonds. Além disso, informar que a Comissão de Saúde publica texto sobre encontro de saúde digital às margens da 79ª Assembleia Mundial de Saúde e que a queda de mortalidade infantil vem acompanhada de novos desafios para saúde infantil. Hong Kong inicia consultas para seu primeiro Plano Quinquenal. Novo plano de IA prevê servidores submarinos.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

FIOCRUZ na Saúde Global

Fiocruz participa de agendas no Reino Unido para fortalecer cooperação em saúde global

Delegação da Fiocruz esteve no Reino Unido entre os dias 15 e 17 de junho para uma série de agendas estratégicas voltadas ao fortalecimento dos sistemas de saúde, à produção regional de vacinas e à cooperação científica internacional. O presidente da Fundação, Mario Moreira, reuniu-se com representantes da Agência de Segurança em Saúde do Reino Unido

(UKHSA, na sigla em inglês), da Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (Cepi), na sigla em inglês e da Rede Pasteur. Além disso, a Fiocruz participou das discussões realizadas durante a Cúpula Global de Produção de Vacinas da Cepi.



Saiba mais em: Fiocruz participa de agendas no Reino Unido para fortalecer cooperação em saúde global | Agência Fiocruz de Notícias (Ana Paula Blower, Agência Fiocruz de Notícias, 22/06/2026)

Fiocruz e INSERM comemoram 35 anos de cooperação

A Fiocruz recebeu (9/6) uma delegação do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica (Inserm), principal instituição pública de pesquisa em saúde da França, para celebrar os 35 anos de colaboração entre as duas instituições e discutir novas perspectivas para a cooperação científica bilateral. O encontro marcou também o início de uma nova etapa da parceria, com foco em temas estratégicos para a Saúde Global. Estão entre as possíveis frentes de trabalho doenças metabólicas e cardiovasculares, envelhecimento, Saúde Única e os impactos das mudanças climáticas na saúde.

A delegação francesa foi liderada pelo presidente do Inserm, Didier Samuel, e contou com a participação de pesquisadores e gestores da instituição. A programação incluiu uma reunião com o presidente da Fiocruz, Mário Moreira, no Castelo Mourisco, no Rio de Janeiro, um seminário científico com especialistas dos dois países e visitas ao Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias, no Campus Fiocruz Maré (RJ). Também participaram representantes da embaixada da França, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Euraxess.

Texto: Diego Franco David (VPSGRI/Fiocruz), publicado em 16/06/2026. Saiba mais em: Fiocruz e Inserm celebram 35 anos de cooperação | Portal Fiocruz

Portal de Boas Práticas da Fiocruz é reconhecido pela Opas como experiência relevante nas Américas

O *Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente*, desenvolvido pela Fiocruz, foi selecionado pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) como uma experiência de destaque na iniciativa *Boas Práticas (BP) em Saúde Pública: Experiências e Lições Aprendidas nas Américas*. A proposta da Opas busca sistematizar iniciativas

que contribuam para o cumprimento de agendas globais e regionais em saúde, estimulando a cooperação entre países e instituições e ampliando a circulação de conhecimentos capazes de orientar políticas públicas e práticas assistenciais. Neste contexto, o reconhecimento se concretiza com a criação de uma página no site da Organização, ampliando a visibilidade da iniciativa e reforçando seu potencial de disseminação, adaptação e replicação em diferentes contextos, além de consolidar a atuação da Fiocruz.

A coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), *Maria Gomes*, aponta que o reconhecimento da Opas ao Portal representa um importante marco para a iniciativa. “Este reconhecimento reforça a importância da estratégia como um grande canal de disseminação do conhecimento voltado à melhoria do cuidado de mulheres, crianças e adolescentes. Trata-se de uma iniciativa desenvolvida pelo Instituto desde 2017, que vem contribuindo de forma significativa para o fortalecimento das práticas em saúde”.

A presença do Portal de Boas Práticas no site da Opas reforça a relevância da iniciativa e do IFF/Fiocruz como estratégia de educação permanente em saúde e de fortalecimento das boas práticas assistenciais. Isso contribui para a qualificação do cuidado em diferentes contextos do SUS e para a disseminação do conhecimento em âmbito nacional e internacional.
Saiba mais em: Portal de Boas Práticas da Fiocruz é reconhecido pela Opas como experiência relevante nas Américas | Agência Fiocruz de Notícias (Luiz Eduardo Moraes [IFF/Fiocruz], 19/06/2026).

Seminário Avançado da Fiocruz debate *saúde de mulheres e crianças* no dia 1º. de julho

Com participação de representantes do governo, de agência internacional e de pesquisadores do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (FF/Fiocruz), o Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde realiza mais um dos seus Seminários Avançados. Presente no seminário, o diretor do Instituto, dr. Antônio Flavio Meirelles. Coordena o seminário a pesquisadora Priscila Vilella, uma das coordenadoras do GT do Observatório.



1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável começa em 30 de junho, em Brasília



Com o tema "*A Agenda 2030 no Brasil: Fortalecer a Democracia e Defender os Direitos Humanos para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo e inclusivo, ambientalmente responsável e economicamente viável",* o governo brasileiro realiza a inédita conferência sobre ODS no Brasil, no final deste mês, com os objetivos de:

- Ajustar a narrativa da Agenda 2030 no Brasil, enfatizando seu papel na promoção dos direitos humanos, no fortalecimento da democracia e suas instituições, e como instrumento de planejamento e desenvolvimento territorial, permitindo o avanço eficaz de políticas públicas de combate às desigualdades e a ampliação de captação de recursos para investimentos em cidades e territórios resilientes, inteligentes e mais igualitários.
- Mobilizar e sensibilizar diversos segmentos sociais e institucionais brasileiros para engajamento na Agenda 2030, ampliando o entendimento e o compromisso público com os ODS.
- Avaliar a implementação dos ODS em diferentes territórios do Brasil, identificando avanços, desafios e oportunidades concretas para acelerar resultados.
- Identificar e coletar propostas oriundas de experiências locais, regionais e nacionais já em curso, valorizando as boas práticas e articulando iniciativas eficazes.
- Coordenar processos de articulação institucional, envolvendo múltiplos atores sociais, governamentais e do setor privado, visando implementar medidas, políticas públicas e marcos normativos que fortaleçam a territorialização dos ODS.
- Estimular, incentivar e contribuir para a institucionalização da Agenda 2030 em todos os níveis, esferas governamentais e sociedade civil, garantindo sua incorporação estratégica nas políticas públicas brasileiras.
- Difundir e dar escalabilidade para boas práticas relacionadas aos ODS, promovendo o intercâmbio de experiências exitosas e inovadoras entre diferentes regiões e setores da sociedade.

Saiba mais em: https://www.conferenciaods.org/duvidas. Principais documentos em: https://www.conferenciaods.org/documentos



Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH)* vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), sua 18ª. conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Curso gratuito sobre 'Saúde Reprodutiva, Materna e Neonatal em um Clima em Mudança' da Universidade de Colúmbia (EUA)



O curso é constituído de 10 sessões, projetado para parteiras, enfermeiros, médicos, gestores, auxiliares de parto e profissionais de saúde de linha de frente que prestam cuidados em ambientes frágeis, com poucos recursos e afetados pelo clima. O curso capacita os participantes com conhecimento clínico, habilidades, ferramentas de tomada de decisão e estratégias em nível de unidade, necessários para proteger a saúde reprodutiva, materna e de recém-nascidos em um clima em mudança. O curso se realizará às 3as. feiras, de 7 de julho a 8 de setembro de 2026, no horário [13:00-14:15 UTC+0], que corresponde à 10h-11:15, hora de Brasília. O curso é uma iniciativa do *Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde.*

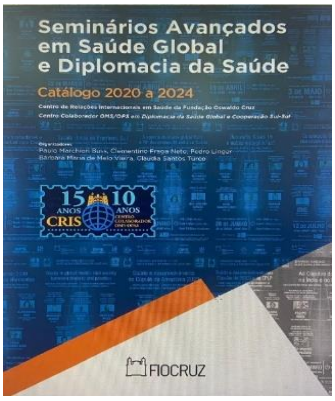
Mais informações, inscrições etc. em: Saúde Reprodutiva, Materna e Neonatal (RMNH) em um clima em mudança | Escola de Saúde Pública Carteiro da Universidade Columbia

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 140 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

===*===

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "*estranha mania de ter fé na vida*"; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo "*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 26 de junho de 2026.

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde